

| |
|-----------------|
| CEDI - P. I. B. |
| DATA 20, 08, 86 |
| COD. YA/D52 |

10/10/86
22-06-85
RUBRICHA

Mem. Nº: 06/St. Ant./10ª DR
Da: Intropólea da 10ª DR
Ao: Delegado da 10ª DR
Assunto: Encaminhamento (FAZ)

Data: 05.06.85

Encaminho a V.Sª "Relatório Sucinto sobre a Situação do Par-
que Indígena Yanomami"

Atenciosamente,

[Handwritten Signature]
Delegado da 10ª DR

RELATÓRIO SUCINTO SOBRE A SITUAÇÃO DO PARQUE YANOMAMI.

INTRODUÇÃO:

Os Yanomami habitam tradicionalmente uma vasta região na floresta amazônica, na fronteira do Brasil com a Venezuela. Em Território Nacional, os Yanoammi estão estimados em cerca de 10.000 Índios.

Os Yanomami são considerados como grupo Lingüístico isolado ou alófilo em relação as outras famílias ou troncos lingüístico Yanomami da América do Sul. Outrora Greem-berg classificou a família lingüística Yanomami como Macro-chôcha, Swadesh como Cjibchan e Migliezza em determinada época como Proto-Karib.

Os Yanomami estão divididos em quatro - subgrupos: a) YANOMAMÖ, os quais estão situados a oeste da terra indígena Yanomami, na região das serras do Parima entre o Estado da Amazônia e a Venezuela; b) YANOMAM, os quais estão situados nos rios Uraricoera, Parima, Catrimâni e Demini; c) - NINAM ou YANAM, os quais estão situados nos rios Mucajaí, Uaricaá e Paraguá; d) SANUMÃ, os quais estão situados nos rios Padamo, Ventuari, Cama e Auaris.

Além da divisão lingüística, existem mui

existem muitas diferenças culturais entre os vários subgrupos Yanomami. Segundo Alcida Ramos e Bruce Albert essa diferenças culturais são bem marcadas e representam princípios estruturais radicalmente diversos em oposição a Lizot, que as consideram como simples "nuanças da situação".

Apesar dessas diferenças, podemos falar que de um modo geral os Yanomami praticam basicamente as mesmas atividades econômicas, como caçar, pescar, coletar e plantar, as quais estão sendo modificados em algumas regiões devido ao contato indiscriminado com elementos da sociedade envolvente. Portanto, os Yanomami ocupam uma vasta área na floresta Amazônica devido a essas atividades econômicas.

Os Yanomami conhecem com extrema habilidade de seu "habitat", estão constantemente explorando os rios, as matas, enfim seu meio ambiente visando assim suprir suas necessidades. Eles obtêm seus alimentos, os utensílios, a plumária e outros materiais imprescindíveis a sua sobrevivência, com a exploração racional de seu eco-sistema, sem provocar mudanças ambientais.

Os Yanomami são agricultores. A exploração da agricultura é de colivara, seguindo o regime de rotação periódica. Com o esgotamento da caça, pesca e coleta, aliada as disputas intertribais, os índios são obrigados a realizar constantes migrações, o que permitem a renovação da terra e do potencial da fauna e flora. Seu estímulo de vida impõe a utilização de uma extensa área da floresta Amazônica. A necessidade de grandes extensões territoriais prende-se também as características da floresta tropical, onde as espécies vegetais e animais são numerosas mas de distribuição extremamente esparsa. Por sua vez, a prática da agricultura deve obedecer a um sistema de descanso da terra, depois de dois ou três anos de cultivo, sob pena do solo perder toda a sua fertilidade.

M. Melo

ASSISTÊNCIA DA FUNAI:

Foi justamente baseando-se na ocupação tradicional da terra pelos Yanomami, que o Presidente da FUNAI, através da Portaria nº 1.817 de 08.01.85, criou o Parque Indígena Yanomami.

Até a criação do PIY, a região Yanomami estava sob jurisdição da 1ªDR-AM. A divisão administrativa acarretava uma série de emperamentos burocráticos, impedindo assim uma assistência sistemática ao grupo indígena. Um exemplo típico foi o caso do Dr. Rubens Belluzzo Brando, que durante sua atuação na área Yanomami, como servidor da FUNAI, não pode trabalhar na região sob a jurisdição da 1ªDR, porque o Delegado Kazuto Kavamoto sempre dispensou sua colaboração da Missão Salesiana de Maturacá ser endêmica em malária e em TB.

Na área a FUNAI possui os seguintes Postos Indígenas: Cauaboris, Ajarani, Demini (Km-211 Perimetral Norte), Surucucu, Paapiú (ex-Couto de Magalhães), Ericó, Waiká, Baixo Mucajá e Apiáú (em formação). O único PI em atividades sob a jurisdição da 1ªDR é o PI Cauaboris. O PI funciona em períodos irregulares, conforme a disponibilidade da Delegacia, de Chefe de Posto, Atendente de Enfermagem e Trabalhador Braçal. Por outro lado na 10ªDR, existem oito Postos em atividades os quais foram implantados na época da construção da BR-210 ou de abertura de garimpos, que levou a FUNAI a se estabelecer na região.

Os Postos da FUNAI, que possuem uma infraestrutura adequada ao funcionamento assistencial ou vigilância, são justamente aqueles que são administrados por Chefe de Posto, que possui uma formação indigenista. A dedicação ao trabalho indígena foi adquirida através dos Cursos de Técnico em Indigenis-

Técnicos em Indigenismo, que foram oferecidos por esta Instituição ou são indivíduos auto-didatas, que durante suas vidas atuaram em áreas indígenas, com pessoas que buscavam o bem estar social das comunidades indígenas.

A maioria dos servidores dos Postos são recrutados entre a população regional. Geralmente são pessoas com uma precária formação que são levadas a trabalhar juntos aos Índios, devido ao ordenado que a Instituição oferece. Afinal a FUNAI paga um " bom salário " em relação aos outros órgãos e empresas particulares, que existem na região. A falta de formação dos servidores do órgão Tutelar além de inviabilizar uma assistência aos Índios, em muitos casos prejudica a vida de uma comunidade indígena.

Para podermos entender as relações vigente numa área indígena após o estabelecimento de um Posto Indígena, vamos analisar um exemplo concreto, que no caso foi escolhido a da Frente de Atração Surucucu, por ser uma área mais visada para abertura de garimpo. Vejamos então:

Pelas histórias contadas pelos Yanomam da aldeia Aykam-theri, os primeiros contatos com estrangeiros, nape-estrangeiros, seres humanos que não são Yanomami, foram os negros, que passaram pela região. Baseando-se nos relatos dos Yanomami, tudo leva a crer que seriam os escravos fugitivos da Guiana Inglesa, que passaram na terra indígenas. Semelhante aos negros passaram na região os brancos, que pela descrição dos Aykam-theri correspondiam aos dos membros da Comissão de Limites.

Foi muito tempo depois que veio a se estabelecer na região os americanos. Os missionários da MEVA, que naquela época em sua maioria eram americanos, instalaram-se inicialmente onde está situado o PI Waiká. Durante o período de 1957 à 1965, os missionários ficaram na região conhecida como Waiká, onde levaram quatro (04) meses para construir a pista'

construir a pista de pouso com ajuda dos Yanomam. No período em que atuaram na área, o Governo de Roraima se manifestou abertamente contrário a atuação de missionários estrangeiros em terras indígenas do Território. Tal fato, provavelmente, foi o motivo que levou a MEVA a restringir o seu campo de ação, transferindo os missionários de Vaiká para a Missão de Surucucu, que foi implantada em 1961.

A pista de pouso em Surucucu foi aberta pela FAB, com bomba Napal (agente Laranja) e posteriormente foi limpa com ajuda dos Mayongong (YEKUANA) da região de Auaris. Quando a FAB foi abrir a pista de pouso de Surucucu, por engano abriu uma pista em solo Venezuelano. Após a descoberta do erro na plotagem da pista, a região Yanomami passou a ser assistida pela MNTB da Venezuela.

A MEVA atuou em Surucucu de 1961. Em 1976 foi a época de maiores conflitos entre os brancos e o índios na região de Surucucu. Em 1975, foi publicado o levantamento do Radam-Brasil sobre a existência de cassiterita em Surucucu. Após a publicação de notícia sobre os minerais em terra indígena, a região de Surucucu foi invadida por garimpeiros.

Os garimpeiros logo que chegaram nas Serras de Surucucus começaram a manter relações amistosas com a aldeia Thepexinahlopo-theri, os quais chegaram a mudar as suas malocas de lugar, para se estabelecerem mais próximos aos invasores de sua terra. Para consolidar a aliança com os índios, os garimpeiros distribuíram algumas armas de fogo entre os Thepexinahlopo-theri. Como existe entre os Yanomamias guerras intertribais, os Thepexinahlopo-theri com o poder bélico superior aos outros índios aproveitaram a ocasião para atacar os Potomata-theri, seus inimigos tradicionais. A notícia do ataque a aldeia Potomata-theri se espalhou pela região, tendo em vista o número de mortes, que houve em decorrência dos Thepexinahlopo-theri -

Thepexinahlopo-theri ter arma de fogo e até a pouco tempo des-
nhecido pelos Yanomami.

Foi então que o Chefe político da aldeia Maye-
pa-u-theri resolveu realizar uma festa, para consolidar sua ali-
ança com outros grupos Yanomami, e decidir o que fazer em rela-
ção a situação ocorrida na aldeia dos Potomata-theri. Na festa,
que contou com a participação da maioria dos grupos Yanomami da
Serras de Surucucu, foi decidido que os garimpeiros deveriam sair
de sua terra, porque eles eram os responsáveis pelo número de
mortes na aldeia Potomata-theri, afinal foram eles que forneceram
as armas aos thepexinariopo-theri.

Com a decisão da festa, os Yanomami foram até
a área do garimpo dar um ultimato aos garimpeiros. Cerca de 300
Yanomam foram ao garimpo, exigir a saída dos invasores de sua ter-
ra. Na confusão Ado, o líder político da aldeia Mayepa-u-theri foi
ferido por um garimpeiro. Os Yanomam em represália feriram um ga-
rimpeiro de forma semelhante ao tuxawa.

Foi a partir desse incidente que o garimpo foi
fechado. Portanto através do Decreto s/nº de 03.09.76 do Govern-
dor de Roraima e da Portaria nº 0422 de 03.09.76 do Ministro do
Interior, o garimpo foi fechado oficialmente, sendo retirado os
garimpeiros da região.

Por essa época, a FUNAI já havia se estabeleci-
do nas Serras de Surucucu. Foi a partir da concessão da autoriza-
ção a ICOMI/Companhia Indústria e Comércio de Minério, que o Ór-
gão Tutelar designou o sertanista Francisco Bezerra de Lima, para
controlar as atividades do garimpo em Surucucu.

O sertanista com sua família se instalaram num
pequeno barracão, próximo a uma cachoeira. Entretanto, como o ser-
vidor tentou seguir a risca as ordens recebidas de seus superiores
administrativos de controlar as atividades dos garimpeiros, da po-
lícia e dos brancos em relação aos índios, ele foi transferido
para a Equipe Móvel do Ajarani, ficando em seu lu-

Continua.....

M. G. do

em seu lugar o técnico em indigenismo Sr. Roger Martins Gonçalves.

Após a saída do sertanista de Surucucu, houve o conflito entre os índios e os garimpeiros. Roger assistiu a tudo, sem poder tomar qualquer providências, sendo sua única alternativa o ato de comunicar a IOADR o ocorrido, e de solicitar recursos para salvar as vidas do Yanomam e do garimpeiro ferido em combate.

Depois da retirada dos garimpeiros de Surucucu, o sertanista voltou a região. No entanto, os índios - continuaram revoltados com os brancos, sendo que em dezembro de 1976, expulsaram os missionários da área, apesar de ter convivido 14 anos com eles. Tal fato é bastante controvertido, existindo diversas histórias ou estórias sobre a saída da MEVA de Surucucu.

Segundo alguns missionários, a retirada de Surucucu se deveu ao fato dos índios não responderem a evangelização após tantos anos de atuação entre eles, bem como pela falta de segurança que os missionários estavam expostos depois dos conflitos entre índios e garimpeiros. A situação de despeito com os missionários chegou a tal ponto que num conflito entre dois grupos locais, os missionários foram obrigados a assistir a luta pacientemente sem tomar nenhuma medida cautelosa, apesar do combate se desenvolver na pista de pouso da Missão. Como na visão dos missionários, os índios não respeitavam mais as suas ordens, e já era época de alguns tirarem férias, em Surucucu ficaria apenas duas mulheres. Foi então que os responsáveis pela missão, temerosos de um futuro ataque dos Yanomami as missionárias resolveram abandonar temporariamente a região. Entretanto, na época em que decidiram retornar a Surucucu, a FUNAI já havia se instalado definitivamente na área.

Baseando-se no depoimento dos missionários -

M. Amel

dos missionários e outros indivíduos que conheceram a relação dos membros da Missão com os índios, podemos concluir que a retirada da MEVA de Surucucu se deveu a diversos fatores interligados, tais como: Os índios após 14 anos de contato com os missionários, e apesar da catequese constante não respondiam a evangelização; nos últimos meses os Yanomami não obedeciam as ordens missionárias devido a conscientização de sua situação perante os brancos, a qual se consolidou depois da invasão de suas terras pelos garimpeiros; na área existia outros elementos, sejam eles garimpeiros, a polícia ou servidores da FUNAI, que fiscalizavam as atividades missionárias em campo.

Com a saída dos missionários, os Yanomami das Serras de Surucucus passavam a ser assistidos pela Frente de Atração de Surucucu, a qual foi criada com a finalidade de contactar cerca de 3.500 índios ainda isolados. A implantação da Frente de Atração dependeu basicamente dos esforços do Chefe e dos servidores do Posto, de que do apoio sistemático do Órgão Tutelar. Entretanto, apesar dos precários recursos a Frente de Atração foi se transformando num Posto, e, hoje conta com um hospital, um alojamento, uma creche, uma mini-hidrelétrica e uma sede bem equipada.

O posto recebeu apoio da IOADR no período entre 1980 à 1983, sendo que a partir dessa época os recursos vão ficando cada vez mais escassos para a manutenção das atividades desenvolvidas na área. Por exemplo: Paró as vacinações, - que ocorreram " regularmente " entre 1981 à 1983; ocorre a restrição aos produtos alimentícios vitais a sobrevivência do pessoal em campo.

Os outros Postos da área Yanomami sentem muito mais o efeito da crise financeira do Órgão Tutelar. A situação chega a um ponto em que os servidores são praticamente / abandonados a sorte no meio do mato. Há servidores que ficam de

que ficam de 06 à 08 meses sem receber qualquer apoio logístico num Posto situado na floresta Amazônica. As vezes ficam sem comunicar com o exterior, porque a fônia quebrou, a bateria descarregou; e afinal o avião nunca aparece para levar o sal, o açúcar, o café ou as notícias da família.

A penúria se alastra em todos os Postos de FUNAI/IOADR. Da crise financeira vem a crise política, onde a disputa pelo poder na IOADR passa a ser a preocupação de alguns setores internos da FUNAI, que estão mais interessados em sua projeção pessoal do que na situação dos índios de Roraima.

A SITUAÇÃO DOS GARIMPOS NO PIY

Como foi mencionado anteriormente o PIY - está situado na fronteira do Brasil com Venezuela, abrangendo uma área da floresta Amazônica do Território Federal de Roraima e do Estado do Amazonas.

Em Roraima, baseando-se na Portaria de Interdição (Portaria GM/25 de 09.03.82) e de Delimitação (Portaria nº 1817 de 08.01.85) do PIY, são os seguintes garimpos, que estão situados dentro da área indígena: Garimpo de Santa Rosa, Garimpo do Apiaú e Garimpo da Serra da Mocidade.

* - GARIMPO DE SANTA ROSA

A região banhada pelo rio Uraricaá está sendo constantemente invadida por garimpeiros a procura de ouro e diamantes. O garimpo iniciou no Surubai, seguindo posteriormente para Boas Novas, Ericó e Santa Rosa.

Nos últimos anos, nas três primeira áreas está sendo desenvolvidas atividades estrativa de ouro pelos Ni-

pelos Ninam (Yanomami), que habitam tradicionalmente aquela região.

Entretanto, o Garimpo de Santa Rosa continua em atividades, apesar de se localizar dentro da área interdita pelo Ministro do Interior, de acordo com a Portaria GM/025' de 09.03.82, além disso, é através de Santa Rosa que alguns garimpeiros avançam rio acima, atingindo as regiões mais povoadas pelos Índios Ninam.

O garimpo existe em precárias condições. Como de praxe, os produtos básicos a sobrevivência dos garimpeiros são vendidos por um preço exorbitante. Os garimpeiros não recebem nenhuma assistência médica, propiciando assim o alastramento de doenças, principalmente de malária, que vem atingindo índice alarmante em relação a outras áreas endêmicas do território. As pista de pouso não oferecem segurança, pondo em risco os que aventuram chegar a região.

O garimpo provocou o desequilíbrio social das comunidades indígenas em decorrência da substituição, da alteração na vida econômica, das epidemias e das mudanças nos hábitos tradicionais, que levaram a marginalidade dos índios.

Diante de uma situação tão completa, o Órgão Tutelar assiste as comunidades indígenas através do PI - Ericó, o qual funciona com escassos recursos humanos e financeiros.

Entretanto, para que a FUNAI tenha condições de prestar uma assistência adequada as comunidades indígenas, faz-se necessário que: seja dado apoio logístico ao PI, amplie sua infra-estrutura, crie uma Cantina Reembolsável para comercializar o ouro e o artesanato indígena; realize um programas educativos para preparar os índios para proteger suas terras de futuras invasões, bem como para conscientizá-los sobre a necessidade de preservar suas tradições culturais; crie o PI Surubai e

PI Surubai e Baixo Uraricaá; prepare os chefes de Postos (Curso em Indigenismo) e Atendente de Enfermagem (reciclagem), para que eles possam exercer adequadamente suas atividades "in loco".

* - GARIMPO DO APLAÚ

O garimpo do Aplaú está situado numa área ocupada tradicionalmente pelos Índios Yawari, um subgrupo Yanomami, que ainda encontra-se isolado.

Os garimpeiros invadiram as terras indígenas provavelmente em 1982. No entanto, a FUNAI foi tomar conhecimento do fato no ano seguinte quando os Índios denunciaram ao chefe do PI Demini (antigo Km-211) a invasão de suas terras.

O Pe. Guilherme da Missão Catrimâni também vinha denunciando a existência do garimpo do Aplaú, que aliada às informações do chefe do PI Demini, levaram a LOADR a organizar uma operação com colaboração da Polícia Federal, para desativar o garimpo.

A operação foi realizada, mas não surtiu o efeito desejado, visto que os garimpeiros foram avisados sobre a ida da FUNAI e da Polícia Federal para região. Portanto, a equipe encontrou o garimpo abandonado.

Diante das circunstância, a equipe retornou a Boa Vista, sendo realizado um sobrevôo na região, onde foi localizado outro garimpo.

Posteriormente, através dos helicópteros da FAB houve uma tentativa de desativar o garimpo, mas a equipe não conseguiu localizar os garimpeiros, porque nessa nova operação não havia pessoa nenhuma da FUNAI ou Missão Catrimâni, que havia participado das operações realizadas anteriormente.

Após várias denúncias sobre a existência do garimpo na imprensa, e de um Yanomami ter sido baleado nas

balçado nas costas por um garimpeiro (o Índio foi tratado no Hospital Cel. Mota, e se restabeleceu completamente na Casa do Índio em Boa Vista), foi que em 1985, a FUNAI com a ajuda da Polícia Federal e Militar desativou o garimpo do Aplaú.

Finalmente, está em vias de ser implantado o PI Aplaú. Entretanto, pelas informações do chefe do PI entre os rios Matrimani e Aplaú ainda existe garimpeiros, sendo necessário realizar uma nova expedição a área, para retirar os garimpeiros da região.

* - GARIMPO DA SERRA DA MOCIDADE

O chefe do Ajarani vem denunciando a existência de um garimpo na Serra da Mocidade. O chefe do PI ainda não forneceu a posição exata onde está situado o garimpo. Diante da situação, é necessário realizar um sobrevôo para localizar o garimpo, e no caso de se encontrar dentro da área indígena será preciso realizar uma expedição com a colaboração da Polícia Federal, para retirar os garimpeiros da região.

CONCLUSÃO

Pela situação vigente no Parque Yanomami é prioritário agilizar a demarcação definitiva da área indígena, bem como o de se criar um grupo de trabalho com o objetivo de coordenar as atividades desenvolvidas pelos servidores do Órgão Tutelar, Missões religiosas e outras entidades que atuam entre os Yanomami.

A situação da terra Yanomami ainda necessita ser regulamentada. Pela Portaria GM/025 de 09.03.82, o Ministro do Interior interditou uma área de 7.700.000 ha, para os Índios Yanomami. A área interditada englobava a maioria das comunidades indígenas existente no Território Nacional. Entretanto, algumas aldeias ficaram de fora da proposta, o que dificulta e

que dificulta a fiscalização por parte do Órgão Tutelar, porque propicia a penetração de grupos alienígenas na região, o que poderá provocar o extermínio dos índios através do contato indiscriminado com elementos da sociedade envolvente, que poderia ser portadores de doenças infecto-contagiosas. Essas aldeias são aquelas que estão situadas na zona periférica da terra Yanomami, e que os índios mantêm contatos com regionais.

A única solução viável para preservar as comunidades indígenas periféricas foi a ampliação da área indígena interdita, buscando assim uma nova medida legal, que protegesse essas aldeias. Como medida preliminar a interdição foi assinada pelo Presidente da FUNAI a portaria nº 1817 de 08.01 - 85, que delimitou o Parque Indígena Yanomami.

No caso, a única solução definitiva para a questão é a demarcação, pois como demonstra a experiência só essa medida legal tem conseguido com curta eficiência, refrear os ânimos de invasores e posseiros, que buscam nas áreas indígenas espaços para o desenvolvimento individual.

No Território Federal de Roraima, o art. 198 da Constituição e os art. 23 e 25 da Lei 6.001 de 19.12.73, por si só, infelizmente não tem conseguido evitar, embora com a fiscalização da FUNAI, a penetração e o assentamento de posseiros, as vezes locados por Órgão Federal, como por exemplo o INCRA, que desconhecem os artigos citados, reconhecendo como à área indígena apenas aquelas devidamente mapeadas e definidas por memorial descritivo, discriminadas em Portaria pelo Presidente da FUNAI.

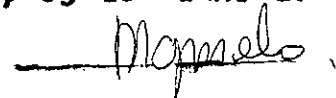
Na atualidade faz-se necessário realizar a demarcação do PIY, como única medida que protegerá definitivamente a região, evitando assim invasões terroristas como a ocorrida em fevereiro do corrente exercício, nas Serra de Surucucus. A tentativa de invasão de Surucucu parece que foi

que foi um ato planejado num período anterior, tendo em vista a carta de 26.12.84 (anexo), onde o Diretor Presidente da CODE - SALLIA, informou ao Delegado da IOADR da suposta invasão do Parque Indígena, por garimpeiros oriundos do Peixoto de Azevedo (Mato Grosso do Sul) na região do garimpo de Santa Rosa. Entretanto, a invasão foi deflagrada em Surucucu, de forma extremamente perigosa, colocando em risco a vida dos Índios, servidores da FUNAI e da Polícia Militar, que se encontrava no local para proteger a área indígena de ser invadida repetidamente por garimpeiros.

Paralelo, a demarcação é necessário agilizar um grupo de trabalho que procure coordenar as atividades desenvolvidas no PIY. Com a criação do Parque, a área terá uma Unidade Administrativa que coordene as atividades indigenistas desenvolvidas entre os Yanomami. Entretanto pela situação financeira em que se encontra o Órgão Tutelar poderia se criar inicialmente um grupo de trabalho, o qual seria o ponto de partida para a estruturação do Parque Yanomami, o qual deveria receber apoio logístico da IOADR e apoio político e financeiro da Sede do Órgão Tutelar.

A consideração e apreciação superior.

Boa Vista-RR, 05 de Junho de 1985.



Maria Guilomar de Melo
Antropóloga